

CARTOGRAFANDO PERCEPÇÕES SOBRE OS INDÍGENAS E A EDUCAÇÃO OCIDENTALIZADA DE PARTE DA OBRA DE JOAQUIM FERREIRA MOUTINHO

MAPPING PERCEPTIONS ABOUT INDIGENOUS
EDUCATION AND WESTERNIZED PART OF THE
WORK JOAQUIM FERREIRA MOUTINHO

Adriane Pesovento¹

RESUMO: Cartografar percepções aparece nesse artigo como um objeto de investigação que prioriza o olhar de Joaquim Ferreira Moutinho e a circularidade de suas percepções em relação aos indígenas. O pressuposto analítico é de que o autor, como homem de seu tempo, que transitou entre a identidade local e a moral europeia, em alguns momentos se viu em situações de contradição na exposição de suas impressões e, ainda, no que tange à educação e ao processo civilizatório que havia de ser instalado na província de Mato Grosso, para que o local deixasse de lado certa inércia por ele constatada e em vários momentos reforçada. Na contramão, em vários momentos, dedicava a enaltecer o regional, deixando claro a dubiedade

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Graduação e mestrado em História (UFMT). Professora do Departamento de História da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) - Campus Rolim de Moura. E-mail: pesovento@hotmail.com

de suas percepções evidenciadas em suas narrativas. No que concerne à educação indígena, não foram muito distintas suas observações. Em alguns momentos enaltecia determinadas etnias e em outros apelava para a catequese como instrumento para sua “civilização”. Assim, esse artigo visa destacar os elementos contraditórios presentes em alguns escritos de Joaquim Ferreira Moutinho, cartografando sua experiência de homem que viveu em Mato Grosso, no século XIX, e deixou marcas por meio das suas impressões dúbias. Para esse estudo, foram consultados registros documentais e bibliográficos que oferecessem respostas para a compreensão de um homem que escreveu tatuado com as marcas de seu tempo. O artigo se insere na perspectiva da colonialidade do saber e na teoria do sistema-mundo, que tem como um dos expoentes Immanuel Wallerstein.

Palavras-Chave: História da Educação. Joaquim Ferreira Moutinho. Educação Indígena.

ABSTRACT: Mapping perceptions in this study appears as an object of research that prioritizes the look of Joaquim Ferreira Moutinho and the circularity of their perceptions regarding indigenous. The analytical assumption is that the author as a man of his time who moved between local identity and European morals, at times found himself in situations of conflict in the exhibition of his prints, and also in the spheres of education and the civilizing process had to be installed in the province of Mato Grosso to the local toss aside some inertia experienced by him and strengthened in several moments. Against, at various times devoted to extolling the regional, making clear the dubiousness of their perceptions through their narratives are highlighted. Regarding indigenous education were not very distinct observations. In a few moments praised certain ethnicities and other called for catechesis as a tool to “civilization” of the Indians. Thus, this article aims to highlight the contradictory elements present in some writings of Joaquim Ferreira Moutinho, charting his experience as a man who lived in Mato Grosso in the nineteenth century and left their marks through dubious impressions he experienced. For this study documentary and bibliographic records which offered answers to the understanding of a man who wrote tattooed with the marks of his time were consulted. The study is part of the perspective of the coloniality of knowledge and theory of the world system that has as one of the exponents Immanuel Wallerstein.

Keywords: History of Education. Joaquim Ferreira Moutinho. Indigenous Education.

1 O HOMEM EM SEU TEMPO: JOAQUIM FERREIRA MOUTINHO

Em “*Notícia Sobre a Província de Mato Grosso*, obra publicada no ano de 1869 e já bem conhecida dos historiadores regionais, Joaquim Ferreira Moutinho apresenta suas percepções sobre a Província. Enfatiza Cuiabá e a cuiabania², porém não deixa de mencionar características de outras espacialidades mais distantes da capital. O autor viveu por quase duas décadas em Mato Grosso e seu olhar agrega os aspectos políticos locais e apresenta elementos do cotidiano, dos usos e costumes em sua narrativa. Não escapa aos seus olhos o seguimento indígena, apresentado pelas suas experiências de um homem que viveu no século XIX.

Nas narrativas, é perceptível seu trânsito entre “dois” mundos, o regional e o de viés europeu, tanto reunido na experiência da espacialidade em que viveu, quanto nas observações descritas na obra acima mencionada, nos limites e contradições de ser-estar-viver naquele contexto. De família portuguesa carregava em seu modo de ver o mundo aspectos compreensivos desse universo. Na corda bamba entre o local e a tradição histórica que o atravessava, deixou suas impressões. Em alguns momentos deslizava e traía suas concepções acerca da região, oscilando entre o belo e bom, e o ruim e “selvagem”, presente nos hábitos locais.

Assim, as impressões que deixou são as de um homem que carregou essa experiência dubla de vivência, não de modo dicotômico e binário, por assim dizer, mas que convivia com as diferenças de universos culturais distintos e tentava situar-se e encontrar o seu próprio lugar enquanto homem das letras que também era.

Em seu trânsito de existência, cabe destacar que Moutinho de certo modo antecipava o debate republicano que se iniciava (ROBERTO, 2002, p. 37), especialmente no que concerne à necessidade da constituição de uma ideia de nação brasileira:

[...] A memória de Moutinho registrou a selvageria da população do sertão mato-grossense, à espera do estrangeiro civilizador. Com sua observação minuciosa, penetrou no mais íntimo dos seus costumes, descrevendo suas casas, vestes, danças, vida econômica, até mesmo seus hábitos mais secretos e o cheiro de seus corpos. Nos seus relatos aflora a identidade portuguesa, em contraste com uma identidade nativa, estigmatizada construída através de uma visão, de uma concepção de mundo essencialmente colonizadora.

2 Expressão que designa tanto vilarejos como povoados no entorno da atual capital de Mato Grosso.

É possível também refletir sobre as percepções de Ferreira Moutinho acerca do lugar, a partir de uma compreensão de sistema-mundo que se desenhava em termos de capitalismo histórico³. Em sua circularidade pessoal de experiências e em termos intelectuais, agitava-se, por vezes, entre dois universos, o local e o geral. Agregou interpretações latentes de um mundo comumente intitulado “moderno”, que nascia na província de Mato Grosso, no século XIX (SIQUEIRA, 1999), em detrimento do que se convencionou, no período, chamar de tradicional ou nos adjetivos negativos de “atrasado”. Então, não é de se estranhar que Moutinho tenha também se tornado um expoente do movimento que emergia no período, mostrando-se, até certo ponto, ambivalente:

[...] mesmo gerentes que estavam sendo cooptados pelo privilégio fossem ambivalentes diante da mensagem do universalismo, vacilando entre adesão e entusiástica e uma rejeição cultural causada por aversão e presunções racistas. Essa ambivalência se expressou em múltiplos movimentos de ‘renascimento’ cultural. A própria palavra renascimento, amplamente utilizada em muitas áreas, encarnava essa ambivalência. Ao usá-la, afirma-se a glória de uma era cultural anterior, mas também se reconhece a inferioridade cultural do momento presente. (WALLERSTEIN, 2004, p. 75).

Em sua análise da realidade, apresentou a educação como um dos elementos-chave para a modernização e concretização dos ideais liberais que adentravam até nos lugares mais distantes da Corte, como o caso da província de Mato Grosso.

Naquele período, a educação mantinha braços com algo que, no século XIX, costumeiramente era chamado de “processo civilizador”. Não era apenas a sociedade local, as pessoas de menos ou mais posses que precisavam “civilizar-se”, mas também e especialmente os indígenas. É em parte em razão disso que o autor dedicou atenção aos

3 A teoria de sistema-mundo é discutida por Immanuel Wallerstein, cientista político que procurou avançar na compreensão do capitalismo como sendo histórico, sua análise o apresenta como anterior ao que vem sendo defendido como seu nascimento, comumente os séculos XIV, XV e XVI. Para o sociólogo muito antes as relações sociais e históricas que objetivavam as trocas mercantis ou ainda o lucro já existiam e mesmo as trocas desiguais. O que ocorreu ao longo dos últimos cinco séculos foi para ele a objetivação e a transformação da acumulação cada vez mais latente. A diferença estaria também no modo como o capitalismo enquanto sistema histórico foi capaz de esconder essas trocas desiguais. Concorreram para isso alguns aspectos centrais: o espaço da economia e o espaço da política compreendidos como colaborativos em certa medida, mas especialmente quando um não fere o interesse do outro. Desse modo, sua intenção é demonstrar que o objetivo principal do capitalismo é sua auto-expansão, ou seja, acumular mais da mesma coisa. Para o autor em todo momento em que o capital tenha sido objetivo central e tenha tido prioridade em relação a objetivos alternativos ao longo do tempo, pode-se dizer que esteve um sistema capitalista em operação. Então como sistema-mundo compreende-se também todo esse processo interligado com questões de fronteiras e soberania, proletarização e o que ele chama de sub-proletarização (esta última em seu modo de ver é maior que a primeira), o Estado como acumulador também. Ocorre ainda um processo de racialização, etnicidade e o sexismo agregados às relações de classe, não havendo necessariamente a sobreposição de um fator sobre outro, mas em concomitância compondo o sistema-mundo-capitalista.

chamados por ele de “nativos”.

Entre o próximo e o distante, cabe também mencionar o lugar que ele ocupava no cenário político e econômico de Mato Grosso: era detentor de condição privilegiada frente a outros segmentos sociais, ou seja, era homem de certos recursos e pertencente a uma elite cultural do período. E foi a partir dos trilhos de seu lugar que construiu um discurso próprio, era ele um “[...] comerciante, genro de um major e coletor de impostos – que ele construiu sua suposta objetividade”. (ROBERTO, 2002, p. 36).

Não raras vezes, reeditava versões precedentes a ele sobre a população local nas quais se tornariam evidentes certas contradições, especialmente no alinhavo de uma costura textual sobre a população local. Em alguns momentos elogiava a hospitalidade, os modos e em outros ressaltando a “falta de iniciativa” do povo, a “carestia” de tudo, as dificuldades com a agricultura, entre outras. Esse “entre-lugar” em que se situava Joaquim Moutinho diz muito sobre a cartografia da população que ele apresentou em seus registros.

Para tratar das populações indígenas, constroi em sua obra um capítulo específico (IX), em que apresenta olhar próprio em relação aos indígenas. Dos meandros de sua narrativa, localizada temporal, cultural e socialmente, e ressaltadas as singularidades próprias da sua construção textual, aponta informações sobre tais populações, problematizando-as e triangulando-a com os conceitos de educação dos anos oitocentos e das matrizes e educação tradicional indígena, raras vezes e quando possível.

Moutinho apresentou em sua obra as etnias que então ele denominava de Cayuas e Guaranis, Terenas e Laianas, Quinquinãos, Guanás, Guachis, Guarayos, Muras e Mundrucus⁴.

4 Manteve-se aqui a grafia utilizada pelo autor, assim como em outras fontes optou-se por manter a grafia da época. Cabe ressaltar que a Associação Brasileira de Antropologia no ano de 1953 estabeleceu normas para grafar palavras indígenas, resumidamente sendo este o modelo de acordo com Julio Cezar Mellati (1999): Utilizar todas as letras do alfabeto e sinais diacríticos da ortografia oficial brasileira, e ainda as letras k, ñ, w e y, mas descartar o c e o q (substituindo-os pelo k), o til (substituindo-o pelo n posposto à vogal) e o acento grave. Fazer uso de dígrafos, como dj, lh, ng, tx (a “Convenção” não explicita, mas deixa subentendido, que estão descartados o gu, o ss, o rr). Representar a aspiração com o h, isolado ou combinado com consoantes oclusivas (o nh é substituído pelo ñ). Representar com o r qualquer modalidade de consoante líquida. Representar com o hífen a oclusão glotal. Substituir o i e o u por y e por w, respectivamente, quando se tratar de semiconsoante. Usar o ä, o ö e o ü para representar respectivamente as vogais baixas, médias e altas que sejam mistas. A “Convenção” chama de mistas as vogais anteriores arredondadas e as posteriores não-arredondadas, sem considerar as centrais. Usar, em todos os nomes, os acentos agudo ou circunflexo para indicar a sílaba tônica, a não ser que a vogal dessa sílaba seja tremada. Escrever os nomes tribais com inicial maiúscula, sendo facultativo o uso dela quando tomados como adjetivos. Os nomes tribais, quer usados como substantivos, quer como adjetivos, não terão flexão de gênero e de número, a não ser que sejam de origem portuguesa ou morficamente aportuguesados. Além disso, muitos nomes de grupos indígenas foram escritos por não índios o que gerou uma série de diferenças ortográficas ao se mencionar determinado grupo. Destaca-se também que muitos nomes de nações indígenas (entendidas como nações não por significar um país, mas por representar um coletivo com singularidades próprias) também receberam denominações tanto de outros grupos étnicos, quanto de membros da sociedade envolvente, que muitas vezes não correspondiam ou correspondem a auto-denominação do grupo. Um exemplo disso é a etnia Panará que vive ao norte do estado de Mato Grosso e que é chamada de Kreakarore, existindo no município de Guarantã do Norte até escola com essa denominação que não é a tradicional do povo Panará.

Não havia, no século XIX, consenso sobre a densidade demográfica das populações indígenas, apenas especulações frente ao que era conhecido pela sociedade envolvente, nos limites geográficos conhecidos e explorados até então. Desse modo, Moutinho vale-se do cálculo do Barão de Melgaço e destacou a presença de vinte e quatro mil almas apenas:

[...] Quanto á população aborígene, faltão os precisos dados para avalial-a; mas alguma rasão há de suppôr que não excede de 24,000 almas. [...] Cumpre-me dizer que muitas pessoas autorizadas julgão que a dita população é mais numerosa, mas os argumentos que ouvi não destrõem a minha convicção a este respeito. (MOUTINHO, 1869, p. 12).

Um breve levantamento a partir das fontes documentais na contemporaneidade, desconstroí essa versão de vinte e quatro mil indígenas. Mesmo para o período existe uma estimativa de que só entre os Apiaká, no final do século XVIII, ela era de mil e quinhentas pessoas. Vê-se que o autor escreve a partir das informações que possuía no período, o que de longe corresponde à possível densidade demográfica indígena existente naquele contexto. Obviamente, o autor não possuía informações mais precisas, só possíveis no século seguinte.

Pelas limitações do tempo e da coleta de informações, essa baixa densidade demográfica será continuamente reeditada ou repetida por outros registros documentais do período, o que encontra correspondência em indícios em período anterior: “[...] em 1862, o ‘Relatório de Transmissão’ do Vice Presidente da Província, Sr. Leverger, apresentou um mapa populacional com uma divisão da população digna de nota: ‘Civilizada livre = 35.000; Escrava = 6.000; Indígena = 24.000, perfazendo um total de 65.000 habitantes’ (VASCONCELOS, 1999, p. 76).

Sem dúvida, os números não respondem à densidade populacional do período e mesmo os Censos de 1872 e 1890 não eram precisos e pouco ou nada mencionavam a presença indígena. O último indicava uma população total de 92.827, distribuída em um território de 1.379.651 Km², informação facilmente refutada ao se considerar a população indígena atual, presente nos três estados que compunham a Província; para além de projeções é mais fácil informar a quase impossível tarefa de mensurar a densidade demográfica indígena à época.

Frente às dificuldades, mais comum era repetir números já conhecidos, ou ainda informações mencionadas por outras autoridades, cronistas ou memorialistas do período.

Um dado, porém, indica elementos que podem ser questionados, ou seja, a população livre era numericamente superior aos indígenas mencionados, no caso de Augusto Leverger. É possível conjecturar que não fosse apenas o desconhecimento que operasse e que números inferiores apresentados no censo e nos registros conjugassem para a percepção de um contingente populacional mais “civilizado” do que “selvagem”, isso tanto aos olhos locais quanto aos do governo central.

2. QUANDO O “BARBARISMO” É A RESPOSTA PARA A FELICIDADE OU INFELICIDADE DE UM POVO

Como já foi mencionado, em seu trânsito entre o mundo local e o geral, o autor é traído por suas palavras, pois, em muitos momentos vale-se de expressões pejorativas para se referir aos indígenas. Na sua incongruência, coloca em cheque o próprio modelo ocidental de existência, do qual era defensor. Operam, nesse breve instante que lhe escapa, revelações sobre si mesmo, a partir do “outro”. Logo no início de sua narrativa destaca que “[...] Não sabemos dizer se esse estado de ignorância (dos índios) e barbarismo é para eles uma felicidade ou infelicidade” (MOUTINHO, 1869, p. 133) e assim continua:

[...] A vida do homem civilizado é tão cheia de amarguras, que às vezes chegamos a ter inveja d’esses entes que nascem, vivem e morrem sem conhecerem os milhares de necessidades que nós procuramos aumentar para tormento nosso, nos poucos instantes que vão do nascimento ao berço, pela escabrosa vereda da vida”. (ibidem).

Assim, nesse pequeno “deslize” ou na “soltura” de suas palavras, constata-se que existia nele uma tentativa de definição das fronteiras não apenas de territorialidade, mas especialmente culturais e de modelos de vida, nos modos de ser-estar no mundo. Ou seja, é como se Joaquim Ferreira Moutinho estivesse num “entre-lugar” em que o “outro”, não poucas vezes, reflete uma imagem da sociedade dita “civilizada” em seus contrassensos, mundo ao qual ele também pertencia.

No antagonismo “bárbaro e civilizado”, o modo de ser ocidental e não índio gerava um fosso, colocando-o, de certa maneira, na berlinda. O anúncio das angústias promovidas pelo modo de existência da sociedade envolvente é indicativo de questionamentos sobre qual modelo de sociedade seria o ideal. E isso, vez por outra, reacende em sua narrativa. Ao inquietar-se com o local, sendo ele “estrangeiro”, mas também pertencente àquela localidade, apresenta suas singularidades, pois, “[...] Um estrangeiro, ao naturalizar a selvageria do outro, opera uma revelação sobre si”. (ROBERTO, 2002, p. 36).

Nesse transitar, não aprofundou alguns pontos, como por exemplo, a educação “formal” que se praticava em Aldeamentos, ao contrário, resignou-se a mencionar e destacar, como algo positivo, todos os elementos percebidos por ele e que aproximavam os indígenas do modelo desejado pela sociedade provincial.

Essa contradição, como um autor do século XIX, seu questionamento e dúvida são reveladores da fragilidade do homem ocidental que questiona seus fazeres e sua existência por longa data, pois o “outro” quase sempre figurou como estranho. E mais, demonstra também o momento vivido pelo autor que deve ser lido pelos filtros do seu tempo. Nesse jogo compreensivo e interpretativo, é necessário tentar pensar em Joaquim Moutinho ou outros informantes já não mais presentes, de modo a:

[...] captar conceitos que, para outras pessoas, são de experiência-próxima, e fazê-lo de uma forma tão eficaz que nos permite estabelecer uma conexão esclarecedora com os conceitos de experiência-distante criados por teóricos para captar elementos mais gerais da vida social, é, sem dúvida, uma tarefa tão delicada, embora um pouco menos misteriosa que colocar-se ‘embaixo da pele do outro’ [...]. (GEERTEZ, 2012, p. 62).

Se certa crise o tomava em sua construção narrativa inicial, há então uma compreensão de que, mesmo aqueles que desejavam e defendiam a “civilização” dos indígenas, em dado momento questionavam-se sobre o assunto, colocando, com isso, uma interrogação sobre o modelo ocidental do sistema-mundo, isso lá no século XIX.

Como outros políticos, diretores dos índios, cronistas e memorialistas, Moutinho destacava a catequese como alternativa para a aproximação indígena e mesmo para sua educação em sentido amplo, aos propósitos da sociedade provinciana.

Evocar a presença de religiosos continuou, durante o século XIX, uma constante tanto nas vozes tanto de memorialistas quanto nos documentos oficiais de um Estado que pretendia assumir o controle e civilização dos indígenas. Na prática, a propositura era esfacelada, frente às dificuldades em instalar religiosos em espacialidades mais distantes e ainda em virtude da ascensão de modelos que preconizavam a instalação de colônias militares para os indígenas, no final do século XIX.

Pode-se, então, perceber que, concomitante ao discurso civilizatório, tem-se o religioso e o militar emergente, operando juntos em boa parte daquele período, sem a exclusão de um para a afirmação

do outro. Moutinho não deixou de lembrar o tema e assim como em outros registros da Presidência da Província, da Diretoria dos Índios ou dos Jornais locais, lamentava constantemente a falta de investimentos na “civilização” dos índios.

A escassez de recursos não só para a “civilização” dos indígenas como para outras carências do período aparece em vários relatos; tais lamentos e justificativas utilizados para definir um “atraso” no progresso da Província eram também, de certo modo, estratégias para o convencimento das autoridades da Corte quanto à necessidade de enviar recursos e mesmo assumir questões que outrora haviam sido destinadas às diversas províncias do país.

Esses discursos eram, então, parte do jogo para tentar sensibilizar as autoridades e ao mesmo tempo justificar o não cumprimento de ordens; paralelo a isso, existem também os argumentos da distância dos sertões, já questionada pela historiografia regional.

Entre os argumentos adotados por Moutinho, são comuns aqueles que reforçam a ideia de outros cronistas do período que pensavam os indígenas como possíveis trabalhadores em benefício da Província, e para isso recorriam, em suas palavras, à necessidade de se criar Aldeamentos e mesmo de manter a catequese, em que a finalidade última era a inserção dos índios no mundo do trabalho, na perspectiva ocidentalcêntrica.

Ao recomendar isso, informava que as ações empregadas quase sempre eram com o uso da força o que, ao seu modo de ver, não contribuía para o alcance dos interesses que se desejavam para o período:

Até hoje o único systema empregado n'este importantíssimo ramo de serviço público tem sido precisamente aquelle de que nunca se podia colher bom resultado, qual seja a força, levando a morte ao centro de suas – tabas, - e aprisionando mulheres e creanças, que são conduzidas ás povoações. (MOUTINHO, 1869, p. 134).

As resistências indígenas eram tidas como “continuas depredações”, e a violência destacada como a forma mais usual, eficaz e contínua, ou seja, o emprego da força como estratégia para o controle das etnias mais resistentes fazia-se necessária em algumas situações, de acordo com o autor. Na mesma medida em que a violência era denunciada, também passou a defendida, não deixando de mencionar que as consequências nefastas para a sociedade provincial, pois:

Estes meios recrudessem o ódio que os gentis votão ás classes civilizadas desde o descobrimento da província pelos sertanejos,

que só tinham em mira o interesse do outro, sem cuidarem absolutamente dos donos da terra, que forão a chumbo e a balla expulsos de suas possessões. (MOUTINHO, 1869, p. 134).

3. ALDEAMENTOS E COLÔNIAS: POSSIBILIDADES DE EDUCAÇÃO PARA OS INDÍGENAS

Entre os traços que aproximam e diferenciam os Aldeamentos das Colônias, pode ser destacado que ambos eram espaços criados para reunir indígenas de etnias diversas em uma territorialidade única, organizada e planejada para exercer o controle sobre esses povos. Como diferença, destaca-se o fato de que nas Colônias havia uma presença mais significativa dos preceitos militares, o que desencadeou outras formas de trato com os indígenas que não as aplicadas nos Aldeamentos. Esses, por sua vez, contavam com o auxílio de particulares na administração e mesmo religiosos e estavam mais propensos a aceitar as conveniências de seus diretores, muitos deles fazendeiros e comerciantes que tinham interesse na mão de obra indígena.

A partir da segunda metade do século XIX, especialmente com o advento da Guerra do Paraguai, os militares passaram a ocupar lugar de destaque no cenário político no Império do Brasil. De acordo com Souza (1999), antes da Guerra do Paraguai e mesmo com a abdicação de D. Pedro I, o que se assistia era a certo desprezo pelos militares, que quase sempre realizavam atividades pouco prestigiadas ou concorridas, em sua maioria relacionadas a repressão e fraudes do fisco e ao contrabando. A origem portuguesa dos generais levou também a criação da Guarda Nacional e a um sentimento de aversão aos militares, durante certo tempo, algo que mudou apenas alguns anos depois:

Somente a Guerra do Paraguai desequilibraria, anos mais tarde, essa relação e, ainda assim, as alterações ocorreriam devido à pressão imposta por determinados setores do Exército. A recepção pouco calorosa que teria recebido do governo, após arriscar a vida nos pampas paraguaios, produziu grandes descontentamentos entre a oficialidade, inaugurando uma nova fase da história militar do país que culminaria no golpe de 1889. (SOUZA, 1999, p. 17).

Não havia, ao certo, consenso e mesmo uma coesão em termos do que era o exército ou os militares nos anos de 1870. Aos poucos, essa construção foi se desenhando e os militares ganhando maior importância no cenário da política nacional.

Na medida em que ocupavam mais espaço e passavam a ter papel significativo em decisões políticas, também ocorreu uma maior presença de modelos militares nas ações e na política indígena do período. O que se constatava, então, era cada vez mais a presença desses na organização em espacialidades, previamente definidas, a serem ocupadas por indígenas e com isso tentar impor de certo modo o processo de “civilização” e ocidentalização.

Tanto foi que, paralelo aos Aldeamentos, surgiram Colônias com características próprias de espaços militares e, assim, o objetivo caminhava na direção de que os militares assumissem pouco a pouco a responsabilidade, tanto das Colônias quanto dos Aldeamentos, substituindo os religiosos.

Na ânsia de manter, organizar e fazer as Colônias e Aldeamentos funcionarem, não abriram mão de civis, comerciantes, empresários ou grandes agricultores para exercer atividades de Diretores ou Administradores, como já foi mencionado, e sendo poucas as denúncias de abusos por parte destes últimos: “[...] algumas pessoas que ali aspirão o lugar de Director só tem em mira o proveito, nem sempre lícitos, que podem tirar da simplicidade dos índios [...]” (CORRESPONDÊNCIA DA DGI, 1873.).

Do mesmo modo que havia objeções, também, contraditoriamente, desejava-se a criação de Aldeamentos para dos indígenas tirar proveito; esse foi o caso do ocorrido em 1873, ao referir-se aos Guató, que para: “[...] se tornar uteis aos Fazendeiros d’aquella localidade entendido meo dever levar o expedido ao conhecimento de V. Exa proponda para inspector dos ditos índios o cidadão Manoel Gomes da Silva, residente também nas margens do São Lourenço”. (CORRESPONDÊNCIA DA DGI, 1873).

O censo de 1872, ainda que não totalmente confiável, devido aos desvios mencionados por alguns autores (ALENCASTRO, 1997), pode representar uma proximidade do número de indígenas aldeados, que era de 6.574; esse número não diz muita coisa ao se considerar que só em maio de 1889 a Colônia Thereza Cristina recebeu 4.072 indígenas.

Quase sempre, os Aldeamentos e as Colônias mostravam-se como alternativas frente à resistência dos indígenas, conforme o que destacava José de Azevedo Silva, no ano de 1886:

[...] Julgo conveniente a criação de colônias nas proximidades dos lugares onde vagueão os selvagens de modo que se tornem aldeamentos, onde sob a direção de missionários catequistas,

os selvícolas, pouco a pouco se transformem de nômades, em lavradores da terra; de inimigos irreconciliáveis, em amigos agradecidos da raça civilizadora que do mesmo tempo que lhes ensina o trabalho inculcando-lhes no espírito o amor a sua e o respeito a propriedade alheia, proporcionando-lhes os gozos e confortos da civilização. (SILVA, 1886).

Já os Aldeamentos eram espaços dedicados à reunião de indígenas de uma etnia ou mais, sob o controle de membros da sociedade abrangente, geralmente pessoas da elite local, detentora de terras, comerciantes ou funcionários públicos.

O mapa a seguir (expressão utilizada na época) oferece uma dimensão das dificuldades em estabelecer e fixar também os Directores, pois das sete vagas existentes, quatro delas, no ano de 1879, encontravam-se em aberto:

**Mappa das Aldeias de Índios actualmente existentes na Província de
Matto Grosso, organizado pela Directoria Geral para servir de
supplemento a sinopses da nações aborígenes**

Denominação das Aldeias	Empregos	Nomes dos Empregados	Título dos Serventuários	Observações
Dos Parecis	Director	Vago		1ª Comarca – Estabelecido em terreno devoluto na Freguesia de N. Senhora da Conceição de Alto Paraguay, Diamantino, pertencentes a 1ª Comarca não tem Edifício algum de valor
De Pequery	Director	Vago		Estabelecida recentemente em terreno devoluto no Desatacamento Militar do Piquiry, nos limites da Freguesia de Srª Anna da Chapada Município desta Cidade do Cuiabá, cabeça da 1ª Comarca
De Santa Ignês	Director	Vago	Por offício da Directoria Geral de 20 de Dezembro de 1854 são os comandantes militares da cidade de Matto Grosso incumbidos da direção destes Índios	2ª Comarca – Estabelecida no anno de 1852 na margem direita do rio Guaporé, em terreno devoluto perto do sítio - Cubatão pertencente a Freguesia da Santíssima Trindade de Matto Grosso Município da Cidade deste nome - Não tem edificio algum de valor

Do Jaurú	Director	Capitão João Carlos Pereira Leite	Nomeação interina da Directoria Geral de 05 de agosto de 1859	Estabelecida em 1842 em terreno devoluto na margem direita do rio Jaurú, pertencente a Freguesia da Santíssima Trindade de Mato Grosso, mas hoje por estarem os Índios na Caeté, pertencente o seo alojamento á Freguesia de São Luiz de Villa Maria município da mesma Villa
De Nossa Senhora do Bom Conselho	Director	Vago		3ª Comarca – Estabelecida no Mato Grosso em terreno devoluto próximo a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Albuquerque Esta aldeia foi extinta com a invasão do Paraguay
De Miranda	Director	Major Pedro José Rofino	Proposta da Directoria Geral de 05 de agosto de 1872 e aprovação da Pres.	Idem em terreno devoluto na Freguesia de Nossa Senhora do Carmo de Miranda, Município da Villa deste mesmo nome - Não tem edificio algum de valor
De Sant'Anna do Paranyba	Director	Manoel Pereira Dias	Idem de 25 de julho de 1871 e aprovação da Presidência de 26 do dito mez	Idem na Freguesia de Sant'Anna do Paranyba, Município da Villa deste nome pertencentes a 3ª Comarca - Não tem edificio algum - Metade do número destes Índios está aldeada no Pequery
Por cópia ao Ministério da Agricultura 25.01.79				Antonio Luiz Brandão Director Geral dos Índios

Quadro 1 – Mappa das aldeias de Índios Actualmente Existentes na Província de Matto Grosso, organizado pela Directoria Geral para servir de suplemento a sinopses das nações aborígenes. Fonte: Arquivo Público de Mato Grosso, Lata 1879/A – 25.01.1879.

Nesses espaços, que não eram tradicionais da cultura indígena, mas sim refeitos em conformidade com os padrões ocidentais e em acordo com as regras e parâmetros estabelecidos pela legislação e política indigenista do período, estabeleciam-se também Colônia que, em alguns casos, até assim fora denominada, como por exemplo, o caso da Thereza Cristina⁵.

5 No estudo de Sandra Jorge da Silva encontram-se maiores informações sobre essa espacialidade. Cf. *Colônia Thereza Cristina e educação ocidental*. 2011.

Em situações tidas como “bem sucedidas”, havia produção agrícola aos moldes não indígena e uma educação quase sempre relacionada à doutrina religiosa cristã e para o trabalho.

Dois religiosos que tiveram bastante evidência no período foram os frades Angelo Caramanico e Mariano de Bagnaia que administraram os Aldeamentos dos Cayuás e Guaranis, o Aldeamento dos Terena e Laiana (MOUTINHO, 1869), e que não raras vezes circularam pela Província com o propósito catequético e mesmo educativo dos indígenas.

Nesses espaços era comum a aprendizagem de ofícios, como, por exemplo, a olaria, mas as atividades relacionadas ao trabalho não se restringiam a isso, eram remadores, trabalhavam com o comércio, na criação de gado, no transporte de gêneros na construção de capelas e moradias. As mulheres aprendiam os serviços domésticos e também a costura.

No Aldeamento de Bom Conselho, em Albuquerque, de acordo com Moutinho, havia uma educação formal, em que ganhava relevo a aprendizagem da música (prática antiga entre os religiosos católicos, entre os inacianos em especial no caso do Brasil Colônia); Frei Angelo Caramanico, além de se ocupar em ensiná-la, também dedicava-se a instruir nas primeiras letras, pois há notícia de uma escola “[...] onde estudavão com muito aproveitamento” (MOUTINHO, 1869, p. 137), porém o autor não apresenta detalhes sobre os métodos de ensino adotados, conteúdos ou outras informações que descrevam como era a educação praticada nessa escola.

Como se sabe, a criação das escolas de primeiras letras ocorreu por força de uma Lei de 15 de outubro de 1827. Após longo debate, em seu artigo primeiro, ficou assim definido o texto:

D. Pedro I, por Graça de Deus e unânime aclamação dos povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil: Fazemos saber a todos os nossos súditos que a Assembléia Geral decretou e nós queremos a lei seguinte: Art. 1º Em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessárias. (BRASIL, 1827/2013).

Na sua redação, não havia muitas menção aos aspectos pedagógicos, figuravam nos artigos, em sua maioria, questões relacionadas aos professores, salários e suas cadeiras, aspectos estruturais da organização física, assim como os recursos necessários e as competências de cada órgão a respeito do assunto, e muito menos informações ou indicação a respeito dessas escolas nas aldeias ou Aldeamentos. Ainda que não

tenha tratado didática ou fundamentação pedagógica, destacou o método, que Saviani (2006) incorpora à compreensão de pedagogia:

[...] é obvio que, em se tratando de uma lei que aborda a educação, a questão pedagógica não poderia estar ausente. Essa questão manifesta-se no artigo 4º, quando se prescreve ‘as escolas serão de ensino mútuo’, e no artigo 15, ao determinar que os castigos serão os praticados pelo método de Lancaster [...] o método de ensino mútuo, que já vinha sendo divulgado no Brasil desde 1808, tornou-se oficial em 1827 com a aprovação da Lei das Escolas de Primeiras Letras, ensaiando-se a sua generalização em todo o país. (SAVIANI et al. 2006, p. 15).

Essas escolas tinham como base pedagógica o método mútuo ou monitorial, em que o estudante mais aplicado, ou avançado, ensinava os demais, tornando-se auxiliares dos professores e com a posição de monitores acabavam desempenhando a função de professores, ou seja, ensinar o maior número de pessoas em menor tempo. Como preleciona Siqueira (1999, p. 204) em Mato Grosso essas escolas não foram instaladas:

[...] preferindo adotar um outro método, o simultâneo que, mesmo similar ao mutuo, deste diferia, especialmente no tocante à dinâmica da sala de aula e à participação do mestre [...] Mesmo não tendo introduzido o ensino mútuo, a província de Mato Grosso não estava alheia às ideias modernas, pois recebia frequentemente notícias da Corte onde eram testados novos métodos de ensino rápido de leitura e escrita.

É possível que na escola de primeiras letras do Aldeamento de Bom Conselho fosse utilizado o método mútuo ou monitorial. Ainda que não existam registros específicos a respeito, não é improvável que esse modelo educativo, remodelado aos anseios dos Aldeamentos ou Colônias, fosse ressignificado e incorporado às práticas educativas.

Assim, como as ideias circulavam pela Província, é possível que a prática de um aluno ensinando outro tenha ocorrido em Bom Conselho, pois naquela espacialidade:

Havião eschololas de primeiras letras e musica, onde estudavão com muito aproveitamento [...] Quando estivemos n’esse aldeamento, notamos a regularidade da educação dada por frei Angelo, que não os poupava ao trabalho, mas tratava-os com amor paternal. (MOUTINHO, 1869, p. 137).

Outra percepção que reforça essa interpretação era a escassez de professores na Província e mesmo em localidades mais distantes do Império, e ainda, o número exíguo de pessoas alfabetizadas que não chegava a 10%. É exemplar nessa direção a afirmação de Tavares Bastos (1870) que situava no contexto global da época a péssima colocação do país em termos educacionais.

A respeito da Escola de Primeiras Letras existente no Aldeamento, Augusto Leverger (1853) oferecia informações sobre como ela se encontrava. Isso demonstra a existência de educação escolar sistematizada, dedicada especialmente às crianças. Havia no período a compreensão de que, por meio das crianças, poderia se chegar aos adultos, ou promover mudanças no comportamento indígena em médio prazo, seguindo uma máxima que vigorava no período: para um índio, outro índio. A respeito da escola de primeiras letras esse registro é significativo:

Continua a ser mui satisfatório o estado da Aldêa dos Kinikináo na Missão Bom Conselho, sob a desvelada direção do Religioso Capuchinho Frei Mariano de Bagnara (sic). Oitenta e três meninos frequentão com notável proveito a aula de 1^{as} letras; e vinte a de música, oito aprendem os officios de ferreiro e de ourives, e dous já estão prontos no de sapateiro. (LEVERGER, 1853, p. 27).

Nesse modo de conceber a educação, especialmente aquela compreendida como instrução, existia uma nítida compreensão de que seria no momento da infância que se construiria “outro índio”, ou outra pessoa, que não aquelas que tanto incomodavam a sociedade local pelos modos de agir, pensar e se relacionar com o meio, com a terra, com seus pares, enfim com o mundo.

Diante disso, percebe-se a incompreensão dos elementos histórico-sociais presentes em qualquer processo de aprendizagem, pois, o tradicional, concebido como a perspectiva indígena, também atravessava as crianças, que promoviam valores e percepções de mundo, muitos advindos do universo dos adultos e mesmo dos idosos.

Não se pode perceber aquelas crianças desvencilhadas de suas matrizes históricos- culturais, ainda que aos olhos dos narradores isso não fosse visível.

REFERÊNCIAS

- ALENCASTRO, Luiz Felipe. *História da vida privada no Brasil: império, corte e modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- BRASIL. *Lei de 15 de outubro de 1827*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-15-10-1827.htm. Acesso em 10.12.2012.
- GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Trad. Vera Joscelyne. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- FERREIRA, Joaquim Alves. *Notícia sobre a província de Mato Grosso*. São Paulo: Typographia Shoereder, 1869.
- LEVERGER, Augusto. *Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso*. Livro 127. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso – APMT. Cuiabá, 1853.
- _____. *Notícias sobre os índios de Mato Grosso dada em ofício de 02.12.1848 ao Ministro Secretario d’Estado dos Negócios do Império, pelo Director Geral dos Índios*. Joaquim Alves Ferreira. APMT.
- MACHADO, Fátima Roberto. Que história é essa? Que barulho é esse? Uma introdução ao debate sobre Antropologia Histórica e a História Cultural. In: MACHADO, Fátima Roberto. (Org.). *Mato Grosso Português: ensaios de antropologia histórica*. Cuiabá, MT: EdUFMT, 2002. (Série Ensaios Antropológicos. n. 6).
- MATO GROSSO. *Correspondência da Diretoria Geral dos Índios enviada a Presidência da Província de Mato Grosso*. 04/02/1873. Lata 1873 – A, APMT, 1873.
- MOUTINHO, Joaquim Ferreira. *Notícias sobre a Província de Matto Grosso*. São Paulo: Typografia de Henrique Schroeder, 1869.
- MELATTI, Julio César. *Convenção para a grafia dos nomes tribais*. Disponível em: <<http://www.juliomelatti.pro.br/notas/n-cgnt.htm>>. Acesso em: 1 ago. 2012.
- SILVA, José de Azevedo. *Relatório apresentado ao Dr. Joaquim Galdino Pimentel Presidente da Província de Mato Grosso pelo Chefe de Polícia em 1886*. Doc. 71. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso - APMT. Cuiabá (MT), 1886.
- _____. *Relatório apresentado pelo Chefe de Polícia, Dr. José de Azevedo Silva ao Dr. Joaquim Galdino Pimentel, Presidente da Província de Mato Grosso*. Doc. 71. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso – APMT. Cuiabá (MT), 1886..
- SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *Luzes e Sombras: modernidade e educação pública em Mato Grosso (1870-1890)*. Cuiabá, MT: EdUFMT, 2000.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira et al. *O processo histórico de Mato Grosso*. Cuiabá, MT: EdUFMT, 1990.

SAVIANI, Demerval. et al. *O legado educacional do século XIX*. 2. ed. Campinas (SP): Autores Associados, 2006. (Educação Contemporânea).

SOUZA, Adriana Barreto de. *O exército na consolidação do império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

VASCONCELOS, Claudio Alves. *A questão indígena na província de Mato Grosso: conflito, trama e continuidade*. Campo Grande, MS: EdUFMS, 1999.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo histórico & civilização capitalista*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

_____. *Os limites dos paradigmas do século XIX*. Trad. Adail Sobral, Maria Estela Gonçalves. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2006.